

## Spinoza: um santo excomungado

*César Benjamin*

Quase todos os pensadores importantes mantiveram laços profundos com seus respectivos povos. Pascal é francês. Fichte é alemão. Dostoiévski é russo. Cada um deles expressa elementos étnicos, históricos, políticos e culturais específicos, claramente discerníveis. Spinoza, não. Era português, com raízes católicas, porque seus pais emigraram nessa condição e porque aprendeu a língua portuguesa na infância. Era judeu por sua ascendência, por ter sido acolhido na comunidade judaica da Holanda e por ter recebido educação rabínica. Era holandês porque nasceu em Amsterdã e morreu em Haia. Mas se quisermos fixar sua origem, devemos enfatizar que era marrano. Nação e religião, para ele, não foram fatos da vida, mas questões a serem enfrentadas. Não teve sequer uma língua materna bem definida, que sentisse como genuinamente sua.

Os antepassados judeus de Spinoza viveram na Espanha desde a época do Império Romano. Ao longo do tempo, em busca de proteção, converteram-se ao cristianismo, mas retornaram ao judaísmo depois que o Islã conquistou a região no ano 711 e lhes devolveu a liberdade de culto. A situação mudou novamente quando os cristãos reconquistaram o território, mais de sete séculos depois. A partir de 1492, expulsos os árabes, os reis católicos Fernando e Isabel começaram a construir a unidade nacional da Espanha moderna por meio da religião, o que significou impor aos judeus uma nova conversão ou o exílio. Em seguida, Portugal fez o mesmo. Esses cristãos-novos, mantidos sob suspeição, passaram a ser chamados, pejorativamente, de marranos. Nas gerações seguintes, por medo da Inquisição, por espírito empreendedor ou

por nostalgia do judaísmo, muitos partiram para Amsterdã, onde não havia perseguição: a primeira constituição dos Países Baixos, promulgada em 1579, garantia liberdade de culto.

Os antepassados diretos de Spinoza, como seu nome indica, eram originários da cidade castelhana de Espinosa de los Montes. Emigraram para Portugal em 1492 e converteram-se ao catolicismo em 1498. O pai dele nasceu cerca de cem anos depois na aldeia portuguesa de Vidigueira, mas já estava em Amsterdã em 1616. Lá, em 1632, Spinoza nasceu, recebendo o prenome de Bento (em português), Baruch (em hebraico) ou Benedictus (em latim). Embora destinado ao comércio, profissão do pai, recebeu esmerada educação religiosa, passando a dominar com erudição a cultura judaica. Estudou profundamente a Bíblia e seus comentadores. Seu talento logo foi percebido, e ele se tornou a grande esperança das autoridades da sinagoga.

Surpreendentemente, porém, buscou um caminho próprio, de uma forma que prenunciava o nascimento da era moderna: o jovem exigia que a tradição fosse submetida ao teste do seu juízo e da sua razão pessoais. Recusava-se a aceitar verdades ou mandamentos que não fossem compatíveis com sua própria consciência, orientada pelas diretrizes da razão universal. Fez-se crítico: as ordenações do judaísmo pareciam-lhe arbitrárias e meramente históricas, sem qualquer relação com as leis de Deus. Estabelecido o impasse, foi excomungado aos 24 anos, num processo traumático para ambos os lados.

Spinoza deixou uma religião e não ingressou em nenhuma outra, contrariando a forma tradicional de inserção das pessoas na sociedade. Todos pertenciam necessariamente a corporações, igrejas, guildas ou algum outro grupo que fazia a mediação com a entidade política mais ampla, o Estado. Em uma época em que ainda não se reconheciam indivíduos livres, ele optou por uma vida independente, simples, pacata e recolhida, dedicada à filosofia, sem poderes, sem cargos, sem atividade pública, sem aderir a uma comunidade específica, sem acumular bens. Já dominava di-

versas línguas, inclusive o latim, e conhecia praticamente toda a cultura humanista e científica então disponível. Aprendeu a arte de polir lentes ópticas, ocupação que parece havê-lo atraído por lhe propiciar a oportunidade de pensar continuamente, sozinho, em silêncio.

De todas as acusações que recebeu, a mais dolorosa foi a de ateísmo, pois era um homem reconhecidamente embriagado pela ideia de Deus. Sempre reiterou que acompanhava as religiões no princípio do amor e da obediência, mas recusava o antropomorfismo das representações humanizadas da divindade.

No judaísmo e no cristianismo, Deus é um ser transcendente, de modo que o centro do mundo está fora dele mesmo e os verdadeiros valores são valores do além. Na aurora da Idade Moderna, gradativamente, isso começou a mudar. A mística alemã passou a buscar a divindade dentro do mundo. O nominalismo suprimiu a transcendentalidade dos conceitos. Renascimento e Reforma valorizaram a vida ativa. Em paralelo, a física e a astronomia deram grandes saltos. Spinoza coroou essa evolução ao propor expressamente a imanência de Deus, concebendo-o como inerente ao mundo. Deus era o próprio Universo, e suas leis eram as leis da natureza. O conhecimento da natureza era, por isso, conhecimento de Deus.

Nas quatro equivalências fundamentais de Spinoza — Deus é natureza, Deus é verdade, Deus é virtude, Deus é amor —, a realidade adquire um estatuto divino, o que representa uma rejeição do judaísmo e do cristianismo muito mais profunda do que o ateísmo vulgar.

A ênfase de Spinoza nas virtudes da razão era perfeitamente coerente com sua religiosidade. Enquanto o Deus transcendente manifesta-se na revelação, o Deus imanente manifesta-se na intuição. Ele reconhecia três tipos de conhecimento: a *imaginatio* [imaginação], que é o conhecimento confuso, adquirido pela percepção sensorial elementar, por associação, por ouvir dizer e processos afins; a *ratio* [razão], o conhecimento das leis universais da natu-

reza e da razão; e, enfim, acima de todos, a *scientia intuitiva* [conhecimento intuitivo], uma apreensão sinóptica das essências e de uma cadeia imanente de causas. A *ratio* era apenas o grau inferior da razão, incapaz de transformar a personalidade do indivíduo, de revolucionar sua vida e de produzir o amor intelectual a Deus. A *scientia intuitiva*, o grau mais alto, devia conduzir à beatitude, à eternidade e ao amor. Nela, os saberes se fundem. A razão deixa de ser meramente analítica e discursiva, e passa a guiar não só o conhecimento, mas também os supremos objetivos éticos e espirituais, tradicionalmente associados às religiões.

Spinoza compreendeu que ocorreria uma irremediável cisão na cultura se religião e ciência se separassem. Foi um homem de ciência em seu tempo — matemático, físico, químico, médico —, mas sabia que as ciências devem buscar a felicidade suprema, que só a união com Deus pode oferecer. Ao mesmo tempo, para chegar a Deus, a religião precisa reunir os conhecimentos particulares da ciência, considerados como irradiações de uma intuição profunda da lei divina do mundo.

Além da filosofia e da teologia, Spinoza ocupou-se extensamente do Estado, que ele considerava um corpo soberano independente de qualquer outra autoridade normativa, no qual o cidadão ou súdito deve ser reconhecido por sua identidade individual e não por qualquer qualidade coletiva adquirida. Foi um ardente defensor da liberdade de consciência e de expressão. O principal trabalho de seus últimos anos de vida foi um *Tratado político*, inacabado. Nos escritos sobre política, ele expõe sua teoria do Estado e discute as três principais formas de governo, a monarquia, a aristocracia e a democracia, revelando conhecer bem as obras de Hobbes e de Maquiavel, entre outros.

A multidão constituiu uma preocupação filosófica fundamental para Spinoza, tanto ao abordar a religião quanto a política. A grande maioria dos homens não consegue elevar-se acima do nível da *imaginatio* e alcançar a vida da *ratio* e, muito menos, o grau supremo da *scientia intuitiva*. A multidão sempre será guiada

pela imaginação e a psicologia das massas, que gera conflitos, discórdias, fanatismo e violência. Ele busca, então, maneiras racionais de, mesmo assim, engendrar condutas socialmente benéficas, por meio de mecanismos mentais e institucionais que transformem a imaginação em uma imitação exterior da razão, usando o poder estatal e uma religião popular como veículos de um processo civilizatório.

Depois de uma vida simples e discreta, Spinoza morreu em 21 de fevereiro de 1677, com 44 anos, no sótão em que vivia. Estava em companhia de um único amigo. Desde então, o reconhecimento da importância de sua obra cresceu sem parar, até hoje.

Este volume reúne estudos de quatro autores de diferentes nacionalidades — o alemão Kuno Fischer, o holandês J. Land, o inglês Charles Edwyn Vaughan e o francês Léon Brunschvicg — que abordam diferentes aspectos do spinozismo: vida e caráter do filósofo, suas principais influências, seu lugar — frequentemente negligenciado — como pensador da política e, finalmente, sua obra em filosofia e teologia. Completa o volume uma alentada compilação de citações e referências sobre Spinoza, muitas delas críticas, que começa com seu contemporâneo Leibniz e chega a Martial Gueroult, do século XX.